Ata da reunião extraordinária nº 1589 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 01 de outubro de 2025.

No dia um de outubro, do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência da Reitora, Profª Dra. Marta Regina Gimenez Favaro, com a presença do Vice-Reitor Prof. Dr. Airton José Petris e dos seguintes Conselheiros: Renata Schlumberger Schevisbiski, João Antonio Cyrino Zequi, Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Miguel Belinati Piccirillo, Andréa Name Colado Simão, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Inês Cristina de Batista Fonseca, Patrícia Mendes Pereira, Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, Luis Alberto Garcia de Freitas, Rafael Eduardo Domingues Molinari, Aurélio Pereira, Eduardo Araújo, Paulo Liboni, Azenil Staviski, Ana Marcia Tucci de Carvalh e Sérgio Carlos de Carvalho. Convidados: Luiz Claudio Buzeti, Neide Zaninelli, Wellington Cardador, Sérgio Gerelus, Edmarlon Girotto, Lisiane Freitas de Freitas e Alberto Duran Gonzalez. I. **ORDEM DO DIA. 1) Discussão e votação da ata 1586 de 10 de setembro de 2025 (Retirada de pauta para ajustes).** O Profª Andréa Neme adiantou seu voto favorável à aceitação da Ata, pois o que havia sido proposto pela profª Ana Márcia e que mudaria o sentido do texto, não foi incluído. Colocada em regime de votação, a ata foi aprovada com 1 (uma) abstenção. A Profª Ana Márcia Carvalho solicitou o registro nesta ata de hoje, que na página 106 da Ata 1586, a sugestão era realizar um estudo para diminuir vagas em cursos com baixa procura e realocá-las em outros cursos, desde que permanecessem dentro do mesmo centro. Ela reafirmou a importância de manter o quantitativo total de vagas, devido às questões da LGU e reiterou que o processo deveria ser feito de maneira ampla, ouvindo a comunidade, considerando aspectos subjetivos (como mencionado pela Professora Laura Brandini) e que as licenciaturas merecem um tratamento especial. Ana Márcia também solicitou a correção de uma conta errada na linha 39 da página 108 da mesma ata e explicou que, ao considerar um curso com 40 vagas em 4 anos, a soma total das vagas deveria ser 160, e não 320, como constou equivocadamente na Ata. **2) Discussão e votação da ata 1587 de 17 de setembro de 2025**. Aprovada por unanimidade, sem emendas. **3) Planejamento Estratégico Institucional - PEI – materiais na pasta do drive: https://drive.google.com/drive/folders/1P7oXdxXiB-mQXd51C33OeH9cYRUDnbaC. Relator: Prof. Dr. Sérgio Gerelus)**. Prof. Gerelus informou que para

esta reunião, a ideia é avançar nos objetivos 3 e 4. Objetivo 3: Desenvolver e consolidar a política de pós-graduação. Setores Responsáveis: PROPG, PROPLAN, Centros. Meta 3.1: Atingir o conceito mínimo 4 para 100% dos programas de Mestrado que tenham participado de dois ciclos de avaliação. Indicador: Número de programa com conceito 4. Prof. Gerelus introduziu a meta, explicando que o CA estava na abordagem dos nove objetivos iniciais, correlatos às atividades acadêmicas, sendo o Objetivo 3 e 4 relativos à Pós-Graduação e Pesquisa. Ele apresentou a Meta 3.1, que foca no conceito mínimo dos programas de Mestrado, e mencionou a discussão inicial sobre o conceito (quatro ou cinco). Ele esclareceu que a meta é atingir "o conceito mínimo quatro para 100% dos programas de mestrado que tenham participado de dois ciclos de avaliação". A UEL possui programas com conceito três, e que o conceito quatro é mais avançado que o inicial. Os dois ciclos estão indicados por serem um tempo hábil para os cursos que iniciam alcançarem o nível quatro. Prof. Eduardo Araújo complementou, afirmando que a PROPG tem "uma grande preocupação com os programas que estão com nota três consecutivamente nos ciclos avaliativos". Ele salientou que é necessário um esforço da administração e das coordenações dos programas para a evolução da nota. A evolução para nota quatro precisa acontecer para que o curso existente se mantenha e tenha a possibilidade de abrir turmas. Ele justificou a indicação da Meta 3.1 para que esses programas que já existem e passaram por ciclos avaliativos consigam atingir a nota quatro e informou que aguardam o resultado da última avaliação (concluída no ano anterior), com ótimas expectativas. O Conselheiro Miguel considerou a meta "fundamental". Ele citou que no CESA, estão fazendo um grande esforço em todos os cursos de pós-graduação, como Economia, Administração, Direito e Serviço Social. Ele reforçou a importância de buscar o conceito quatro, mesmo que exista um risco de nem todos os cursos atingirem, pois, enquanto universidade, é preciso buscar a excelência. Prof. João Zequi considerou a questão de desenvolver a política de Pós-Graduação e o apoio como "bem importante". Ele solicitou ao Professor Eduardo que apresentasse o cenário atual da instituição e afirmou que é preciso dar atenção a esses cursos e verificar a logística de funcionamento deles, para que o CA possa medir o grau de preocupação. Prof. Eduardo respondeu que a universidade possui 49 programas de pós-graduação e o objetivo é a excelência (nota 6 ou 7). Atualmente, há cinco programas que atingiram nível de excelência. Há 12 outros programas com nota cinco, que têm forte indicativo de projeção científica e de internacionalização consolidada, requisitos indispensáveis para evoluir

para nota seis. Em relação à nota quatro, ele explicou que doutorados recém-criados permanecem com essa nota durante o primeiro ciclo, como parte do processo de consolidação. Ele reiterou a importância da Meta 3.1, pois a nota quatro é o teto para o Mestrado que não possui Doutorado associado. A maior preocupação é com os cinco Mestrados que têm nota três, sendo que três deles têm a nota três repetidamente em ciclos avaliativos. Esses três precisam sair dessa condição, pois já passaram por ciclos anteriores. Prof. Alan Felinto pediu ao Prof. Gerelus para que, ao falar das metas, mencionasse a origem dos dados, pois isso é necessário para o debate com as bases. Ele confirmou que, no final, a preocupação maior é com os cinco Mestrados nota três. Ele perguntou sobre a motivação e Prof. Eduardo respondeu citando o histórico da UEL: a decisão política inicial de capacitar os docentes, seguida pela exigência de Doutorado nas contratações via edital. Isso gerou um capital humano bem formado que permitiu a abertura dos programas de Pós-Graduação. Ele acrescentou que outras decisões políticas, como o investimento de infraestrutura de pesquisa multiusuária, contribuíram para a qualificação. Ele concluiu que as notas são reflexo desse investimento e que o melhor indicador é a nota da CAPES. Assim, a meta é um objetivo estratégico para registrar e impulsionar esses programas à qualificação. Prof. Gerelus assegurou que o debate é um exercício de estruturação inicial, e não de caráter finalístico. Ele reforçou que as dúvidas são importantes agora, pois o texto da meta será levado à base para discussão e validação. Meta 3.2: Ampliar em 10% o número de matrículas em cursos de especialização. Indicador: Número de estudantes matriculados em cursos de especialização. Fontes de Recursos: Recursos Próprios, LGU, Convênios, Recursos Privados. Prof. Gerelus introduziu a Meta 3.2, que trata da ampliação de 10% do número de matrículas em cursos de especialização. Ele apresentou o indicador (número de estudantes matriculados) e as fontes de recurso, esclarecendo que as fontes de recursos privados foram mencionadas porque há um "investimento dos estudantes" nas especializações, incluindo cursos EAD (Ensino a Distância). Profª Inês Fonseca questionou a viabilidade da meta pois temos visto aqui no CA muitos processos pedindo diminuição do número de vagas em cursos de especialização. Prof. Eduardo respondeu que a proposta é ampliar 10% no número de matrículas, não no número de vagas. Ele explicou que o objetivo é justamente evitar com que situações como essas continuem acontecendo. O trabalho é atrair o público e a sociedade para os cursos de especialização. Prof. Miguel Piccirillo informou que durante a pandemia reduziu de forma expressiva o número de matrículas. No

entanto a universidade está diante de uma recuperação e que novos cursos estão sendo lançados. Ele considera essa, uma meta viável e possível de atingir. Prof. Gerelus complementou com dados, informando que o levantamento inicial, feito pela Diretora de Pós-Graduação, profª Susana Malli, indicava o número total de estudantes matriculados em especialização, de 1440. Ele concordou com a queda acentuada durante a pandemia e a possível recuperação. Defendeu a natureza ousada da meta, pois segundo ele, existem metas em que podemos ser relativamente mais ousados, que não nos causará prejuízo. Ele argumentou que, neste caso da especialização, uma meta mais ambiciosa, mesmo que não alcançada, pode ser justificada. Meta 3.3: Ampliar em 10% o número de matrículas em cursos de mestrado e doutorado. Indicador: Número de estudantes matriculados em cursos de mestrado e doutorado. Prof. Gerelus introduziu a Meta 3.3, que visa "Ampliar em 10% o número de matrículas em cursos de mestrado e doutorado". O indicador para acompanhamento desta meta é o "número de estudantes matriculados em cursos de mestrado e doutorado". Ele forneceu os dados iniciais levantados pela PROPG: o número total de estudantes matriculados é de 1297 de mestrado e 1155 de doutorado. Ele explicou que estes são os dados iniciais com uma perspectiva de associação de 10%. Ele também reconheceu que o percentual é um exercício e que "pode não ser 10%, pode ser 8%, pode ser 5%" e que esta definição depende de uma avaliação da base e da expectativa para os próximos quatro anos. Prof. Eduardo manifestou-se a respeito da Meta 3.3, classificando-a como um desafio e um objetivo extremamente importante para a UEL. Ele observou que todos são testemunhas de quanto o número de estudantes no mestrado e no doutorado, diminuiu nos últimos anos e atribuiu essa redução a vários aspectos, notando que é um desafio nacional e não uma situação particular da UEL, sendo necessário ampliar número de profissionais ingressando nos programas *stricto sensu*. O Professor Eduardo ressaltou que, embora a universidade tenha resolvido bem os aspectos de produção científica e as ações pedagógicas, possuindo 49 programas de Pós-Graduação com boas notas, o principal desafio é atrair estudantes. Meta 3.4: Ampliar em 10% o número de docentes vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* até o final de 2028. Indicador: Número de docentes vinculados ao programa de pós-graduação. Prof. Gerelus introduziu a Meta 3.4, explicando que ela também está no mesmo sentido de consolidar a política de pós-graduação. A meta é ampliar 10% o número de docentes vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* até o final de 2028. O indicador associado para acompanhamento é o número de docentes

vinculados ao programa de pós-graduação. Prof. Gerelus forneceu o dado inicial levantado pela profª Susana onde o número de docentes credenciados aos programas de pós-graduação da universidade é de 690. Ele mencionou que existem docentes que ingressarão com os novos concursos. Ele também observou que existem programas que tinham muito mais docentes e que agora enfrentam dificuldades em função da quantidade de docentes que se aposentaram. Ele sugeriu que a entrada dos novos docentes (aprovados em concurso) os colocará em um processo de compor os colegiados dos cursos de pós-graduação. Prof. Eduardo complementou, afirmando que esta meta precisa acontecer. Ele reconheceu que muitos dos docentes vinculados aos programas de pós-graduação se aposentaram. O impacto forte disso ainda não foi sentido por causa do Programa Professor Sênior, que permite que esses professores continuem vinculados, mas alertou sobre o prazo desse vínculo, ou seja, por quanto tempo mais eles vão ficar atuando na pós-graduação já aposentados. Ele reiterou que os novos ingressantes na instituição precisam se credenciar e defendeu que, para manter os programas, é preciso de docentes, e se o número de docentes diminuir, alguns programas ficarão "inviáveis". Prof. Alex Gallo questionou a meta usando seu centro como exemplo. Disse que tem 15 docentes e não conseguem ampliar esse número nem em 5%. Ele explicou que a previsão de concurso exige a aposentadoria de muita gente em seu departamento, e que a maioria dos que estão para se aposentar nos próximos 5 anos faz parte do programa, resultando em perda de docentes. Prof. Eduardo reconheceu que a situação do prof. Alex é pontual e que cada programa tem sua característica, mas é preciso olhar o todo. Ele esclareceu que os professores colaboradores também podem ser credenciados, o que é uma "outra estratégia. O objetivo é manter os programas existentes, não criar outros. Prof. Jeferson apresentou um cenário nacional: de 2007 para 2025, o número de estudantes de pós-graduação no Brasil diminuiu de 110 mil para menos de 106 mil. Ele observou que o Sul concentra o maior número de programas e mencionou que, embora tenhamos criado quase o dobro de programas desde 2007, o número de estudantes não aumentou, mas o acesso à pós-graduação no Brasil foi ampliado. Profª Andréia Name compartilhou a realidade do Centro de Ciências da Saúde: Citou o programa associado com a UNOPAR (Fisioterapia), onde quase chegaram a fechar a parte da UEL por falta de docente. Mencionou o Programa de Fisiopatologia Clínica e Laboratorial, que enfrenta dificuldades com o corpo permanente, mesmo usando professores colaboradores e da PUC. Mencionou o programa de Ciências Farmacêuticas e concluiu que três programas

estão no limite de conseguir se manter. Profª Andréa questionou se o aumento de 10% é suficiente e sugeriu uma meta de 5% como mais tangível para reflexão, argumentando que, se for alcançado, já será um aumento muito importante para a realidade de programas que estão com possibilidade de serem fechados. Prof. João Zequi sustentou a manutenção dos 10% e defendeu estratégias como a atração de professores de outras instituições e a internacionalização. Prof. Eduardo concordou que os cenários do CCS e CCB são reais, com muitos programas funcionando bem perto do mínimo exigido pela CAPES. Ele reiterou a necessidade de apoio da instituição, citando o trabalho político para criar a bolsa Sênior na Fundação Araucária para compensar a perda de docentes aposentados. Profª Andréia Name mencionou a questão das linhas de pesquisa e lamentou a perda de linhas devido à aposentadoria, como o exemplo de neuroimunologia, e as restrições nos concursos públicos, que impedem a colocação de linhas de pesquisa específicas que fizeram o programa chegar à excelência. Prof. Eduardo reforçou que a perda de linhas de pesquisa está ligada a uma "institucionalização das ações" e "despersonalização" na pós-graduação. Ele explicou que as linhas de pesquisa individuais precisam ser substituídas por linhas de pesquisa mais generalistas dos programas para agregar novos pesquisadores. Profª Andréa Name discordou da institucionalização extrema, argumentando que os grupos de pesquisa alimentam as linhas e que, embora os programas tenham reformulado suas linhas para serem genéricas, a "essência dessas linhas" está sendo perdida com a aposentadoria de pesquisadores fortes. Prof. Gerelus concordou que o debate sobre o percentual (10% vs. 5%) seria mais bem resolvido após a validação da base, mas a manutenção de 10% como proposta inicial estimula o crescimento. Meta 3.5: Aumentar 20% o número de estudantes ingressantes pelas ações afirmativas na pós-graduação. Indicador: Número de estudantes ingressantes e matriculados nas vagas reservadas pelas ações afirmativas. Prof. Gerelus introduziu a Meta 3.5: "Aumentar 20% o número de estudantes ingressantes pelas ações afirmativas. Isso na pós-graduação". Ele sugeriu um ajuste no texto para inserir explicitamente a menção à pós-graduação, embora já estivesse implícito no objetivo. O indicador para acompanhamento é o "número de estudantes ingressantes e matriculados nas vagas reservadas pelas ações afirmativas". Ele informou que os dados levantados pela PROPPG indicam que as ações afirmativas estão em fase de implantação. Ele disse que o total de vagas reservadas para ações afirmativas, cerca de 30% são atualmente ocupadas por estudantes de ações afirmativas. Ele explicou que há uma margem

significativa de crescimento, pois, se a universidade abriu 100 vagas voltadas a esse público, apenas 30% têm sido preenchidas. Prof. Gerelus afirmou que a expectativa é de "ampliação de 20% do número desses estudantes que estão matriculados, que são ingressantes pelas ações afirmativas". Ele esclareceu que a meta se refere às vagas já reservadas e o objetivo é fazer ações para que a ocupação de fato ocorra. Ele reforçou que o objetivo não é aumentar o percentual das ações afirmativas, mas sim o "número bruto" de matriculados, ou seja, o crescimento dentro daquilo que já está reservado. Prof. Alan Felinto perguntou sobre a origem do percentual de 20% de aumento e o prof. Gerelus respondeu que a expectativa é de crescimento a partir da margem de ocupação atual. Ele reiterou que, com apenas 30% das vagas reservadas ocupadas, a meta é promover ações para estimular esse público a ocupar as vagas disponíveis. Prof. Eduardo complementou, afirmando que, se a meta for alcançada (aumento de 20% sobre a ocupação atual), a UEL chegará a uma ocupação de 50% das vagas que estão reservadas. Ele então forneceu os percentuais de cotas no *stricto sensu*: 30% para negros; 5% para PCD e 5% para indígenas. Ele fez a ressalva de que as vagas destinadas a PCD e indígenas são suplementares, ou seja, são vagas adicionais e não retiram das vagas ofertadas. O Prof. Eduardo esclareceu que as regras foram estabelecidas por uma deliberação do colegiado da pós-graduação de docentes e que a reserva de vagas para negros é de 30% das vagas ofertadas, enquanto a cota indígena e cota PCD são suplementares de acordo com a demanda. Ele também detalhou as cotas para as Residências: "até 20% de suas vagas" em programas com três ou mais vagas, sendo até 5% para indígenas, até 5% para PCD e até 10% para negros e pardos. Objetivo 4: Consolidar a política de pesquisa. Prof. Gerelus introduziu o Objetivo 4, destacando que ele possui uma quantidade maior de metas vinculadas a artigos e outras ações. Este objetivo trata de "Consolidar a política de pesquisa". Meta 4.1: Ampliar em 5% o número de formandos participantes de programas de iniciação científica e/ou tecnológica até o final de 2028. Indicador: Número de formandos participantes. Prof. Gerelus explicou que esta meta foca nos estudantes de graduação que realizam a ação de iniciação científica e/ou tecnológica e se ao final do processo participou de iniciação científica ou não. Prof. Eduardo comentou que cada vez mais alunos de graduação estão interessados pelos programas de iniciação científica. Ele explicou que, a cada ciclo de avaliação do programa (principalmente CNPq), a UEL tem sido bem avaliada, resultando em uma ampliação da cota de bolsas submetidas, com o número de bolsas aumentando nesse mesmo ritmo. Prof. Eduardo

considera o percentual de 5% "até meio tímido" e sugere que se poderia pensar num número maior, pois ele acredita que é algo que vai acontecer porque espontaneamente, quase que organicamente, fruto dessas ações que a gente tem feito, mais alunos de graduação têm participado dos projetos de pesquisa pelos programas de iniciação científica e iniciação tecnológica". As professoras Inês Fonseca e Patrícia Mendes Pereira expressaram preocupação com o texto da meta, pois focar em "formandos participantes" pode induzir regras que limitem a participação dos bons alunos a apenas um ano de bolsa para cumprir o indicador. Prof. Gerelus sugeriu o uso de dois indicadores: um para acompanhar o número de sujeitos que participaram ao longo do processo, e outro para acompanhar o número de participações. Prof. Alan Felinto sugeriu uma solução para suprir as duas lacunas (participantes e participações): "Nesse caso, é possível trabalhar com dois indicadores. Você estabelece dois indicadores: um indicador que é o de acompanhar o número de sujeitos que ao longo do processo participaram e uma estratégia, de acompanhar o número de participações de sujeitos em projetos em programas de iniciação científica. Prof. Gerelus concluiu que a meta 4.1 seria retirada para recomposição, para que a sugestão de inserir um segundo indicador fosse trabalhada. Meta 4.2: Aumentar 10% o número de docentes que publicam em canais reconhecidos por qualidade, relevância nacional e internacional até o final de 2028. Indicador: Percentual de docentes ativos que apresentam produção intelectual avaliada em bases de dados de maior impacto (Web of Science, Scopus, etc.) ou produção reconhecida em premiações, editais qualificados, trabalhos técnicos de repercussão, patentes e inovações, livros publicados ou editoras de referência, entre outros. Prof. Gerelus introduziu a Meta 4.2, que trata do "número de docentes que publicam em canais reconhecidos por qualidade, relevância nacional e internacional até o final de 2028". Prof. Eduardo mencionou que os conselheiros provavelmente viram a notícia no Perobal sobre a UEL ter 11 pesquisadores entre os 2% mais influentes do mundo, de acordo com a base de dados Scopus. Ressaltou que Scopus não é utilizado por todas as áreas, portanto o número reflete apenas parte dos pesquisadores. Expressou orgulho, pois a UEL teve 11 pesquisadores nessa lista, enquanto outras universidades estaduais tiveram apenas dois ou nenhum. Afirmou que a meta visa buscar um aumento, para que mais pessoas possam também fazer parte deste número. Ele reconheceu que a UEL não possui um acompanhamento sistemático para verificar, se o docente publicou ou não publicou. Ele justificou que o estabelecimento da meta e do indicador passa a demandar esse levantamento e

acompanhamento, o que pode levar a ações como financiamento de publicação. Ele explicou que a universidade não optou por metas fáceis, mas sim por metas que reflitam o que a instituição precisa vislumbrar para sentir que está evoluindo e para ter evidências dessa nossa evolução. Prof. Gerelus questionou se o levantamento sistemático já estava sendo feito ou se passaria a ser feito agora e o Prof. Eduardo respondeu que o levantamento anterior era apenas parcial e que a meta fará com que o acompanhamento se torne parte da rotina da pró-reitoria. Prof. Alan Felinto considera a meta de aumentar 10% a publicação em canais de qualidade, difícil. Sugeriu que o aumento só seria possível com a contratação de "gente nova" e a ampliação do número de egressos da pós-graduação. Ele argumentou que aumentar apenas o volume de publicações é fácil, mas que a qualidade é o desafio. Prof. Gerelus concordou que o 10% era "algo discutível com certeza, e que 10% de 11 pesquisadores não é nem um inteiro. Ele sugeriu que esta meta pode levar a discussões sobre investimento institucional para incentivar a publicação em revistas de referência. Prof. Dr. Eduardo fez um esclarecimento sobre a qualidade. Ele explicou que o pagamento para publicação geralmente se refere a revistas *open access*. A maioria dos docentes da UEL não paga por *open access*, sendo que apenas 5% da produção paga por isso. Ele enfatizou que o que garante o sucesso e a qualidade do trabalho é o número de citações que o artigo tem e citou que a CAPES tem se movido nesse sentido, focando em quantas vezes o trabalho é citado, e não apenas no volume de publicação. Profª Inês Fonseca elogiou a complementação de Eduardo, mas criticou o indicador argumentando que "não diz nada", pois o artigo pode estar em Scopus e nunca ser citado. Ela sugeriu o uso de índices como por exemplo, H-Index ou bolsa de produtividade, pois considera o indicador "muito aberto". Prof. Eduardo concordou que o indicador precisava ser mais preciso, mas explicou que o receio em usar índices específicos (como o H-Index) é que eles nem sempre são aplicáveis a todas as áreas. Ele concordou com Inês que a meta deveria focar em "parâmetros que sejam mensuráveis". Prof. Gerelus concluiu que, dado o consenso de que o indicador estava muito aberto, a Meta 4.2 ficaria em "tendência de ajustamento" para ser retomada posteriormente. <u>Meta 4.3:</u> Elevar em 10% a média de citações por publicação dos docentes da UEL até 2028. Indicador: Média de citações por artigo e publicação dos docentes da UEL em bases reconhecidas. Prof. Gerelus introduziu a Meta 4.3: "Elevar em 10% a média de citações por publicação dos docentes da UEL até 2028". Ele destacou que o indicador de acompanhamento seria a Média de citações por artigo e publicação dos

docentes da UEL em bases reconhecidas. Gerelus observou que esta meta "acompanha um pouco" e que as Meta 4.2 e 4.3 deveriam ser "repensadas" em conjunto. Prof. Eduardo complementou, afirmando que a Meta 4.3 se aproxima mais naquilo que a profª Inês estava dizendo na discussão anterior sobre a Meta 4.2, que se preocupava com a qualidade da publicação. Ele explicou a preferência por focar no número de citações, em vez de índices específicos como o H-Index, que havia sido sugerido pela profª Inês e disse que o receio de vincular a um índice específico, como o H-Index, é que ele também não é utilizado exatamente por todas as áreas. Prof. Gerelus perguntou se deveriam passar em "revisão essa também", referindo-se à necessidade de ajuste, assim como a Meta 4.2 e o Prof. Eduardo confirmou que o indicador de número de citação, diferente de um índice como o H-Index, seria "a mesma coisa" independente da área, e por isso ele considerava melhor a abordagem mais generalista da Meta 4.3. Prof. Gerelus propôs seguir, assumindo que a Meta 4.3 seria mantida. Meta 4.4: Ampliar 10% o número de registros de propriedade intelectual, patentes, software, cultivares etc. e produção de impacto social tecnológico até 2028. Indicador: número relativo de registros e de produção com potencial inovador, impacto social. Prof. Gerelus introduziu a Meta 4.4, com o foco em "Ampliar 10% o número de registros de propriedade intelectual, patentes, software, cultivares, etc. e produção de impacto social tecnológico até 2028". Ele destacou que o indicador é o "número relativo de registros e de produção com potencial inovador, impacto social". Ele esclareceu que registro não é patente concedida. A patente concedida é a fase final, e a meta se refere ao momento em que se deposita e inclui outras formas de registro além de patentes. A ideia é aumentar o número desses registros oficiais de propriedade intelectual na instituição. Prof. Alan Felinto perguntou sobre o histórico dos dados e o prof. Eduardo afirmou que o número está aumentando. Destacou que, no Paraná, a UEL é referência entre as estaduais em propriedade intelectual e explicou que a tendência é aumentar ainda mais por causa da Lei de Inovação, que trouxe benefícios e incentivos para os projetos de inovação. A Reitora complementou com dados de 2024 constantes na *UEL em Dados*: 33 patentes com titularidade da UEL depositada; 5 patentes concedidas; 10 pedidos de registro de programa de computador; 7 pedidos de registro de marcas; 1 pedido de registro de desenho industrial. Profª Inês Fonseca expressou uma preocupação em relação à meta de 10%, pois já somos bastante produtivos e bastaria manter o que já temos. A Reitora relatou sua experiência no Paraná Faz Ciência e mencionou que, conversando com os três ganhadores do prêmio Prime (Professor

Gerson, Sônia, e uma estudante), apenas dois deles (Sônia e Gerson) já tinham pelo menos três ideias de registro decorrentes de seus projetos, além do registro que já havia sido feito. Ela usou isso como argumento de que, se os pesquisadores estão avançando, o percentual poderia ser considerado. Prof. Gerelus explicou à profª Inês que, quando a UEL estipula "índices nossos, indicadores próprios" em um planejamento estratégico, ocorre uma identificação de coisas que antes eram feitas e que nem eram registradas. Ele afirmou que o estabelecimento do indicador cria a demanda para o monitoramento completo, o que, no primeiro momento, fará com que se tenha um acréscimo nos dados levantados. O monitoramento constante é a chave, e a Meta 4.4 gera essa demanda. Meta 4.5: Aumentar 10% a participação dos docentes em redes colaborativas nacionais, internacionais e projetos de pesquisa interinstitucionais até 2028. Indicador: Percentual de participação em colaborações, redes científicas e tecnológicas. Prof. Gerelus introduziu a Meta 4.5, informando que o objetivo é "Aumentar 10% a participação dos docentes em redes colaborativas nacionais, internacionais e projetos de pesquisa interinstitucionais até 2028". O indicador de acompanhamento é o "Percentual de participação em colaborações, redes científicas e tecnológicas. Ele justificou a meta dizendo que a UEL tem potencial para fazer mais, pois há muitas pessoas na universidade hoje que são excelentes pesquisadoras, mas não estão ainda participando de redes. Prof. Dr. Eduardo complementou, reforçando a importância da participação em redes. A Conselheira Andréia Name perguntou se é possível que hoje a gente não consiga identificar um professor que esteja participando de uma rede e o Prof. Eduardo respondeu que sim, é possível e que precisamos melhorar a forma de identificar isso. Prof. Gerelus perguntou se não é possível através dos grupos de pesquisa e o Prof. Eduardo esclareceu que os grupos de pesquisa não fornecem essa informação de maneira confiável. Ele explicou que no cadastro do grupo de pesquisa do CNPq, nem sempre as pessoas colocam essa informação e que a UEL tem um número de cadastro de grupo de pesquisa que é gigantesco e que não reflete necessariamente o número de grupos. Ele citou o mapeamento de Núcleos de Pesquisa Aplicada em Saúde (NAPS) como o melhor mapeamento que temos em relação à rede. Prof. Gerelus concordou que a universidade precisa mapear melhor, inclusive com a ampliação que vem sendo feita pela ARI [Assessoria de Relações Internacionais] na relação com a Proppg. Ele disse que há várias outras redes que estão se formando com instituições internacionais, com pesquisadores internacionais e sugeriu que a universidade terá que criar um

instrumento para mapear as informações. O Prof. Eduardo mencionou sobre o trabalho conjunto com a ARI e falou sobre a instrumentalização no sentido de promover a internacionalização, como a interação com pesquisadores de outros países e programas como o Horizon Europe. Ele afirmou que isso vai gerar mais rede para a nossa instituição e que o aumento será orgânico se continuarmos fazendo esse tipo de trabalho que estamos fazendo. Profª Andréa perguntou se era possível que atualmente a UEL não estivesse conseguindo identificar todos os professores que já estavam participando de alguma rede colaborativa e o prof. Eduardo respondeu que sim, era possível, e que a universidade precisava melhorar a forma de identificação. Profª Andrea sugeriu fazer a coleta de dados dessas informações via Relatório Sucupira, aproveitando um processo de coleta de dados já existente na Pós-Graduação. Prof. Gerelus encerrou o tema, concordando com a necessidade de atualizar os levantamentos de dados junto à PROPG. Meta 4.6: Aumentar 10% o volume de recursos financeiros captados para pesquisa até 2028. Indicador: Número de registros de propriedade intelectual e produção com potencial inovador. Fontes de Recursos: Recursos Próprios, LGU, Convênios, Recursos Privados. Prof. Gerelus introduziu a Meta 4.6, que visa "Aumentar 10% o volume de recursos financeiros captados para pesquisa até 2028". Prof. Eduardo (PROPG) descreveu sua experiência na Diretoria de Pesquisa: Ele viveu um primeiro momento de "grande escassez, tempos de vacas bem magras", citando que não havia investimento para pesquisa no tempo do presidente anterior. Naquela época, o Tribunal de Contas ainda não tinha enquadrado o governador no sentido de investir os 2% da Constituição do Estado em ciência. Ele afirmou que o cenário político mudou, os investimentos ficaram muito maiores, e a UEL vive um momento de captação de um volume muito grande de recurso. Ele explicou que era difícil pensar em outro indicador para sinalizar a necessidade de continuar captando e evoluindo, apesar de ser algo que vai depender muito de fatores externos, não são decisões internas, que vão fazer com que isso aconteça. Prof. Gerelus complementou a discussão sobre o risco da meta, sugerindo a estratégia de metas ousadas em cenários externos. Ele disse que, se uma meta ousada (como 10%) que depende de fatores externos não for cumprida em 3 ou 4 anos, a instituição pode justificar que houve uma ruptura nas fontes de financiamento ou que as fontes secaram. Ele argumentou que os benefícios de uma meta ousada nos colocam diante de uma busca para que aquilo ocorra. Profª Inês Fonseca levantou uma preocupação com a fase de execução dos recursos captados e citou que, para recursos de CNPq, Finep, a execução é feita via fundação porque às vezes aqui

a gente não consegue gastar. Ela afirmou que o principal entrave nosso é fazer a execução do projeto no sentido da compra dos equipamentos pois muitos são importados e solicitou a opinião da PROPPG e da PROPLAN sobre o assunto. A Reitora respondeu, concordando com a necessidade de resolver os gargalos, mas sugerindo que a discussão sobre fluxos e processos seria mais apropriada nas metas vinculadas às áreas administrativas. Prof. João Zequi manifestou seu apoio à meta de 10% e comentou sobre a execução, considerando que 10% é "plausível" e se a universidade é competente, o percentual é factível. Ele concordou com a profª Inês que a questão é como gastar esse dinheiro e como otimizar aqui dentro. Ele criticou as regras do Fundo Paraná, onde o governo muda regra e criticou a influência do Tribunal de Contas (TC) nas planilhas de execução, que são feitas para o órgão de controle e não para o funcionamento acadêmico. Sugeriu que a discussão deveria ocorrer a nível externo com os órgãos de fomento do estado. Prof. Gerelus retomou a discussão sobre as Fontes de Recursos listadas (Recursos Próprios, LGU, Convênios, Recursos Privados), definindo o que se enquadra em Convênios. Ele explicou que tudo que é recurso de outro órgão e que foi capturado e que veio para a Universidade, entra em recursos e convênios (ex: FINEP, CNPq, CAPES, Fundo Paraná). Prof. Eduardo questionou o conceito de captação em relação aos editais de encomenda governamental. Ele disse que, embora o recurso já venha determinado pelo governo, ele entra como captação porque se estabelece inclusive um convênio para a recepção do recurso. Ele afirmou que, mesmo que a execução seja feita pela fundação, não deixará de ser um recurso captado pela universidade. A Reitora fez um alerta sobre a operação via fundação e disse que existe uma trava do Tribunal de Contas que o governo não está considerando, e que a administração está tentando definir uma agenda para debater a questão. Ela citou que, se o dinheiro vem do Fundo Paraná, ele vem para a universidade, que faz um contrato de gestão com a fundação, e é justamente este contrato de gestão com a fundação que é um problema com o TC. Profs. Gerelus e Eduardo concluíram que a ação de captação é da universidade, desde que a UEL atenda aos requisitos do edital e submeta a proposta, independentemente de onde o recurso será operacionalizado (universidade ou fundação). Profª Andréia Name finalizou, reforçando que é importante manter o entendimento de que a captação é da universidade, para que não se perca essa ideia no planejamento. Meta 4.7: Ampliar a infraestrutura voltada à aquisição de equipamentos de pesquisa de vanguarda e atualização de 30% de equipamentos obsoletos até 2028. Indicador: Número de equipamentos adquiridos e

percentual de equipamentos atualizados. Setores Responsáveis: PROPGG, PROPLAN, PCU, Centros. Prof. Gerelus introduziu a Meta 4.7, explicando que o objetivo é fazer uma reflexão sobre a infraestrutura, focando na "aquisição de equipamentos de pesquisa de vanguarda" e na "atualização de 30% de equipamentos obsoletos até 2028". Ele destacou a especificidade da meta, que visa equipamentos de pesquisa de vanguarda, não incluindo computadores, e que demanda uma "recuperação do nosso parque tecnológico". Ele mencionou que o Prof. Eduardo já realiza um levantamento junto à Central de Usuário e sua equipe para projetar uma recuperação de 30% dos equipamentos no médio prazo (4 anos). Prof. Eduardo complementou, afirmando que é algo do qual não temos como fugir. Ele explicou que os equipamentos se deterioram, e a universidade precisa ter uma previsão de substituição e atualização dos equipamentos obsoletos. Reforçou que o sucesso na pesquisa e pós-graduação se deve, em parte, ao investimento na infraestrutura de pesquisa da universidade. O investimento inicial foi em capital humano, mas depois houve a necessidade de infraestrutura. Ele observou que os equipamentos comprados há 15 ou 20 anos se tornam obsoletos, e é preciso ter planejamento de substituição. Prof. Alan Felinto levantou uma questão sobre a contagem do indicador, que pode ser complexa devido ao longo tempo entre a captação do recurso e a aquisição e instalação do equipamento. Prof. Gerelus esclareceu que o critério para a contagem é a "data de aquisição". Ele explicou que o recurso pode ter sido captado ou empenhado anteriormente, mas só conta quando o equipamento está disponível para uso. Prof. Alan manifestou ter compreendido o critério da metodologia, mas reforçou a necessidade dos dados de base. Concordou que a primeira ação seria o levantamento dos "equipamentos de vanguada obsoletos" para atualizar esse levantamento e depois estruturar os projetos para captação. Profª Eloisa Rodrigues questionou a ausência da Procuradoria Jurídica (PJU) ou da Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAF) nos setores responsáveis, citando um problema de fluxo administrativo. Prof. Gerelus concordou que o setor da PROAF (Pró-Reitoria de Administração e Finanças) deveria ter sido citado, pois é o setor que faz a análise dos processos licitatórios e homologações e considerou que não seria necessário incluir a PJU, pois ela está mais associada à PROAF, e a inclusão da PJU levaria a ter que inclui-la em quase todos os processos que exigem parecer jurídico. Ele reconheceu que a situação levantada por Eloisa era um dos "gargalos" que precisam ser resolvidos no trabalho de melhoria dos fluxos e processos.

Profª Eloisa reiterou sua preocupação com a operacionalização. Os pesquisadores do Centro reclamam que eles têm muita dificuldade de operacionalizar as compras e recursos que já foram captados e reclamam que nem sempre conseguem gastar o dinheiro. Prof. Azenil Staviski reforçou que o problema é a "liberação orçamentária financeira dos convênios" (recursos federais), que muitas vezes é liberada no meio do ano. A importação é um processo mais lento que exige lidar com a Fazenda, o que tem sido uma "briga que nós fizemos o ano todo, ano passado, este ano, mas até agora não vencemos". Prof. Gerelus propôs um ajuste no indicador para incluir explicitamente a "aquisição barra importação", embora concordando que a importação esteja implícita na aquisição. Ele concluiu que o debate sobre os fluxos seria mantido no momento de discussão das metas administrativas, mas que a luta por mais recursos e melhor fluxo de aquisição é uma "luta de resistência" que deve continuar. Meta 4.8: Ampliar em 25% número de usuários cadastrados e elevar em 20% índice de uso compartilhado dos equipamentos multiusuários até 2028. Indicadores: Total de usuários atendidos/cadastrados e índice de uso compartilhado. Prof. Gerelus introduziu a Meta 4.8: "Ampliar em 25% número de usuários cadastrados e elevar em 20% índice de uso compartilhado dos equipamentos multiusuários até 2028". Ele mencionou que a meta originalmente incluía a realização de duas capacitações anuais, mas explicou que essa parte seria suprimida, pois a capacitação seria considerada uma ação para atingir a meta, e não a meta em si. Ele explicou que a meta busca ampliar o número de usuários cadastrados porque tem muitos docentes que não compreendem o que é o laboratório multiusuário. O objetivo final é elevar o índice de uso de fato compartilhado por esses equipamentos. Os indicadores propostos são: "Totais de usuários atendidos ou cadastrados" e "o índice de uso compartilhado dos equipamentos". Prof. Eduardo complementou, enfatizando a melhoria do uso. Ele disse que o ponto principal aqui é que nos últimos anos a gente tem conseguido fazer com que mais pessoas utilizem os equipamentos multiusuários. Prof. Gerelus observou que a realização das capacitações ficaria para a fase de "ação". Prof. João Zequi perguntou sobre o uso por outras universidades parceiras e o Prof. Eduardo confirmou que a UEL faz parte de uma rede estadual de laboratórios. Citou a UFPR (Federal do Paraná), a UTFPR de Londrina, e a UEM como instituições que a UEL se relaciona bastante neste contexto. Prof. Gerelus questionou a metodologia de acompanhamento dos usuários e o Prof. Eduardo respondeu que para cada laboratório há uma lista de equipamentos que fica no site. Prof. João Zequi expressou preocupação com os

percentuais e dados de base e argumentou que ter os dados ajuda a avaliar a meta. Ele fez uma contribuição sobre a otimização do uso, citando o modelo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que conta com Tecnólogo. Sugeriu que a UEL pensasse em "pessoal especializado" ou um "tecnólogo" para a estrutura multiusuária, o que "facilita muito o aspecto da pesquisa e até o aprendizado do aluno". O Prof. Eduardo concordou com a sugestão e concluiu que o desafio ficaria para os que lidam diretamente com os laboratórios, para que pensem nisso numa próxima distribuição de vagas. Meta 4.9: Garantir que 100% das revistas científicas da UEL cumpram os requisitos editoriais e institucionais até 2028 (Periodicidade, ética, política antiplágio, DOI, Orcid, conselho editorial multi-institucional e apresentem relatórios anuais de indexação e ação. Prof. Gerelus introduziu a última meta do objetivo 4 e relatou que o foco desta meta é nas revistas editoriais científicas da UEL. Prof. Eduardo apresentou o histórico e o contexto das revistas científicas da UEL: As revistas Semina foram criadas quase com a criação da universidade. Outras revistas foram criadas, principalmente por programas de pós-graduação. Por muito tempo, essas revistas não tiveram uma ação, um ato normativo de institucionalização. A biblioteca sempre foi o lugar de socorro desses editores, oferecendo apoio mesmo sem um ato normativo. A biblioteca criou o Portal de Periódicos Científicos e, em um momento posterior, houve uma ação conjunta da PROPPG com a biblioteca que criou uma resolução para de fato institucionalizar todas as revistas científicas da UEL. Ele afirmou que, embora as revistas estejam institucionalizadas e no portal, o processo de qualificação é individual e depende da ação de cada editor. A biblioteca oferece suporte, mas nem todas as revistas atingem os parâmetros desejados (aqueles listados na meta). Destacou que a UEL possui revistas muito avançadas que tem inclusive JCR" (Journal Citation Reports), mas outras estão ainda com muitas fragilidades. A ideia da meta é garantir que todas as revistas no Portal de Periódicos consigam ter esses parâmetros que são essenciais, reconhecendo ser um trabalho de longo prazo. Profª Andréa Name comentou a sua experiência como editora da revista *Semina Ciências Biológicas e Saúde* por quatro anos. Ela reconheceu que o cenário melhorou bastante e que na sua época o trabalho era voluntário, difícil, sem apoio nenhum. Fez uma crítica à política de incentivo à criação de novas revistas e explicou que a resolução atual da UEL dificultou a criação de novas revistas ao impor critérios. Demonstrou preocupação com o incentivo à criação de novas revistas, o que no passado enfraqueceu as revistas tradicionais, como a *Semina Ciências Biológicas e Saúde*, ao dividir o corpo de

publicações. Ela defendeu que a política de revistas fosse restrita e pediu o reforço do Escritório de Apoio ao Editor Científico e a contratação de mais bibliotecários. Profª Inês Fonseca reforçou que a bibliotecária da área de Ciências Agrárias também está se aposentando. A Reitora, concordou com a necessidade de debater o quadro funcional. Acredita que temos que trabalhar na perspectiva do conjunto, porque senão você fortalece numa perspectiva uma área e desfavorece tantas outras, até porque nós temos um quadro funcional bastante limitado. Concluiu que o debate sobre vagas de bibliotecários deve entrar numa lógica de planejamento em relação às vagas que tivermos disponíveis e como é que nós vamos alocar essas vagas. Prof. Gerelus informou que os Objetivos 8 (mecanismo de avaliação) e 9 (defesa dos direitos humanos) seriam abordados na próxima reunião extraordinária. **II. INFORMES**. A Reitora reforçou o programa de comemoração dos 55 anos da UEL. Ela esclareceu que a UEL está comemorando 55 anos de criação e 54 de reconhecimento. Ela pediu que os diretores de centros divulgassem a programação de outubro, que inclui: plantio da Peroba (09/10), Jantar de Aniversário (09/10), Concerto da Osuel (18/10), 3º Simpósio de Inovação (23 e 24/10), Vestibular (26 e 27/10), Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (29 a 31/10) e o lançamento do podcast *UEL 55 anos*. Profª Andréia Name Colado Simão levantou duas questões formais sobre o fluxo de comunicação e encaminhamento de processos na Universidade: 1. Encaminhamento da Ouvidoria: perguntou se houve alguma mudança no encaminhamento de denúncias, pois os processos pararam de passar pela direção de centro, chegando diretamente aos envolvidos, o que a incomodava. A Reitora, Profª. Marta, afirmou que não houve alteração formal de fluxo e pediu que Andréa verificasse os processos para que pudessem avaliar o caso junto ao Ouvidor. 2. Comunicações da Transparência/Corregedoria: questionou se havia um protocolo para que comunicações da Transparência e Corregedoria fossem enviadas diretamente para a Vice-Diretora (Professora Carrie), e não para ela (a Diretora). Ela afirmou que essa situação tem se repetido e a incomodava e que gostaria de ser respeitada em sua posição de diretora. A profª Lisiane solicitou que a profª Andréa relatasse o ocorrido por e-mail o que ela prontamente negou já que estava relatando na reunião e a Reitora falou que não precisava enviar e-mail que ela cuidaria desse caso, e se comprometeu a chamar uma reunião com todos os implicados(Andréa, Carrie, Ouvidor, Corregedor e Transparência) para recompor o fluxo, acreditando ser apenas um equívoco de encaminhamento. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que

após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Marta Regina Gimenez Favaro _____
Reitora

Airton José Petris _____
Vice-Reitor

Renata Schlumberger Schevisbiski _____
Vice-Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

João Antonio Cyrino Zequi _____
Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alex Eduardo Gallo _____
Vice-Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Miguel Belinati Piccirillo _____
Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Andréa Name Colado Simão _____
Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Vice- Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Inês Cristina de Batista Fonseca _____
Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Patrícia Mendes Pereira _____
Vice- Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues _____
Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Luis Alberto Garcis de Freitas _____
Vice-Diretor do Centro de Educação Física e Esportes

Rafael Eduardo Domingues Molinari _____
Representante Titular dos Servidores Técnicos Administrativos

Aurélio Pereira _____
Representante Titular dos Servidores Técnicos Administrativos

Paulo Liboni _____
Representando a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade

Ana Márcia Tucci de Carvalho _____
Pró-Reitora de Graduação

Sérgio Carlos de Carvalho _____
Pró-Reitor de Planejamento

Eduardo Araújo _____
Representando a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Azenil Staviski _____
Pró-Reitor de Administração e Finanças